

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.729 - SP (2018/0298554-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : P R D**  
**ADVOGADO : CÍCERO MARCOS LIMA LANA E OUTRO(S) - SP182890**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **P. R. D.** contra decisão do Tribunal Regional da 3ª Região que negou seguimento ao recurso especial.

O acórdão atacado pelo recurso especial não admitido restou assim ementado:

"PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I, DA LEI N. 8.137/90. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. DOLO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Indeferido o pedido de conversão em diligência formulado pelo acusado em suas razões recursais.
2. Comprovadas a materialidade e autoria delitivas, assim como o dolo.
3. O acusado não impugnou a dosimetria das penas, que ficam mantidas nos termos em que estabelecidas pelo Juízo a quo.
4. Apelação desprovida." (e-STJ, fl. 1.181)

No especial, a defesa buscava o reconhecimento de violação dos arts. 564, IV, e 386 do CPP, 18 do CP e 1º da Lei n. 8.137/90.

Alegava nulidade por cerceamento de defesa, ante indeferimento da conversão do julgamento em diligência.

No mérito, pedia a absolvição, seja pela ausência do elemento subjetivo (e também a elementar "fraude") seja pela fragilidade das provas.

Aplicado o óbice da Súmula n. 7/STJ.

No agravo, a defesa alega que a controvérsia prescinde do reexame de provas.

Contrarrazões e contraminuta apresentadas (e-STJ, fls. 1.226-1.236 e 1.259-1.266).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela manutenção da decisão impugnada (e-STJ, fls. 1.278-1.285).

**É o relatório.**

Decido.

O presente agravo deve ser conhecido, já que reúne os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade.

Passo ao exame do recurso especial.

A nulidade alegada pelo recorrente foi afastada pela Corte de origem pelos seguintes fundamentos:

"Conversão do julgamento em diligência. O acusado requer a conversão do julgamento em diligência, com a expedição de ofício à

Receita Federal, para que aquele órgão se manifeste sobre os documentos entregues à fiscalização e, após, seja lhe dada nova vista dos autos para aditamento das razões de apelação.

Aduz, para tanto, que os documentos sobre os quais requer seja o Fisco indagado seriam os mesmos documentos que lhe foram solicitados e não teriam sido apresentados por já estarem em posse da Administração Fazendária, a qual, nada obstante, lavrou o auto de infração objeto da denúncia justamente pela ausência de prestação das informações contidas nesse documentos.

O pleito não se viabiliza, pois, atendendo a idêntico pedido do acusado, o Juízo a quo determinou fosse oficiada à Receita Federal que respondeu que "Os documentos mencionados no ofício foram gerados em outra ação fiscal realizada pela Alfândega de Viracopos. Portanto, não são os mesmos cuja falta de apresentação resultou em auto de Infração" (fl. 685).

Demais disso, como anotou o Juízo a quo com base nas provas dos autos, "a documentação que o mesmo julga extremamente necessária pra sua defesa encontrava-se à sua disposição em abril/2004 (no curso do procedimento administrativo)", e ainda "Na autuação da pessoa jurídica representada pelo procedimento administrativo 10830.002730/2006-20 o réu limitou-se a desconsiderar as intimações ou apresentar evasivas (...)" (cfr. fls. 974v./975).

Por essas razões, rejeito o requerimento de conversão do julgamento em diligência." (e-STJ, fl. 1.177)

Portanto, rever as conclusões da Corte de origem implicaria afronta à Súmula n. 7/STJ.

Em relação à tipicidade, a Corte local, ao examinar o acervo fático-probatório, concluiu que o crime (fato típico, ilícito e culpável) estava configurado, pelas seguintes razões:

"E desnecessária a prova do dolo específico e, na espécie, é possível inferir o dolo do acusado dos fatos mencionados nas conclusões expostas pelos Auditores-Fiscais que participaram do Procedimento Administrativo Fiscal n. 10830.002730/2006-20, o qual culminou no auto de infração objeto da denúncia.

Segundo os Auditores-Fiscais:

- a) a outorga de poderes ao réu para administrar a sociedade, por meio de escritura pública em vez de alteração do contrato total, além de irregular, por ter sido conferida pelos sócios que detinham menos de 2/3 (dois terços) do capital social, objetivava "assegurar (...) a futura isenção de responsabilidade (...), que com esse expediente permaneceria a margem de todo e qualquer processo, restando conhecidos apenas os sócios que figuram no Contrato Social, que não passam de meros 'laranjas'" (cfr. fl. 91 do Apenso V);
- b) conforme apurado, o acusado acumulava as condições de financiador, gerente e beneficiário das operações comerciais da Newman, movimentando a conta corrente da empresa para "girar seus ganhos, rendimentos e gastos, sem no entanto (sic) vincular seu CPF" (cfr. fl. 92 do Apenso V);
- c) os indícios coligidos ao longo do procedimento fiscal apontam, pois, que os reais adquirentes e vendedores das mercadorias adquiridas pela Newman eram o acusado e terceiros não

identificados que se valeram da Newman para permanecerem desconhecidos (cfr. fl. 91 do Apenso V).

Nota-se, pois, que os fatos e conclusões apontados pelo Fisco são compatíveis com as declarações prestadas pela testemunha Vanderléa Del Conti, contadora da Newman, no sentido de que todas as despesas da pessoa jurídica eram financiadas por meio de empréstimos contraídos junto ao acusado e terceiros, clientes da empresa, os quais, conforme a Administração Fazendária, utilizavam-se da pessoa jurídica para se desvincularem das operações de aquisição de equipamentos, logrando, assim, elidir os tributos eventualmente devidos por essas operações (cfr. mídia de fl. 248).

E de se destacar, ademais, que o Fisco glosou os empréstimos contraídos junto ao acusado e terceiros, diante a ausência de provas de efetivamente existiram, tendo considerado que os recursos utilizados nas operações da Newman não foram submetidos à tributação (cfr. fl. 39 do Apenso Assim, dada a existência de provas suficientes da materialidade e autoria delitivas, bem como do dolo, e não comprovada causa excludente de ilicitude ou da culpabilidade, impõe-se a seja mantida a condenação do réu pelo crime do art. 1º, 1, da Lei n. 8.137/91." (e-STJ, fl. 1.179)

Portanto, também nesse ponto há incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 932, III e IV, do Código de Processo Civil, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator